REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
ISSN -2359-1382
dPGE | Departamento de Políticas e Gestão Educacional

Neoliberalismo, Estado e políticas públicas: influências e consequências para a educação

Neoliberalism, State and public policies: influences and consequences for education

Geisa Candida da Silva Gonçalves[1]
Lucia de Fátima Valente[2]

Resumo
Uma análise do momento político pós pandemia e a influência do neoliberalismo nas políticas públicas, especialmente na educação. O neoliberalismo é uma doutrina que defende a redução da intervenção do Estado na economia e na sociedade, privilegiando o livre mercado e a iniciativa privada. Buscou-se compreender como essa doutrina e suas estratégias de poder interferem nos processos educacionais, influenciando as políticas públicas e impactando a educação. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos envolvidos e o cenário político pós governo Bolsonaro, além de uma análise das características do neoliberalismo, suas manifestações no Estado e nas políticas públicas, bem como as consequências para a Educação e a relação entre neoliberalismo, Estado, políticas públicas e educação.
Palavras-chave: educação. Estado. neoliberalismo. políticas públicas

Abstract
An analysis of the post-pandemic political moment and the influence of neoliberalism on public policies, especially in Education. Neoliberalism is a doctrine that advocates for the reduction of state intervention in the economy and society, favoring the free market and private initiative. This study sought to understand how this doctrine and its power strategies interfere with educational processes, influencing public policies and impacting Education. Bibliographic research was carried out on the concepts involved and the post-Bolsonaro government political scenario, as well as an analysis of the characteristics of neoliberalism, its manifestations in the State and public policies, as well as the consequences for Education and the relationship between neoliberalism, State, public policies and Education.
Keywords: education. State. neoliberalism. public policies

[1] Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. E-mail: geisa.goncalves@ufu.br orcid: https://orcid.org/0000-0002-4306-3840.
[2] Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. E-mail: valentelucia@ufu.br; orcid https://orcid.org/0000-0002-1228-5643.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
ISSN -2359-1382
dPGE | Departamento de Políticas e Gestão Educacional

Introdução

A crise do capital, iniciada nos anos de 1970, oriunda da diminuição do crescimento econômico e aumento da inflação permitiu que o neoliberalismo usasse suas estratégias para interferir na economia. Foi nesse contexto que, conforme aponta Chauí (2021), o mercado passou a se aconselhar com os neoliberais os quais atribuíram, a causa da crise, ao poder adquirido pelos movimentos sindicais e pelos trabalhadores, cuja luta por direitos e melhores salários teriam afetado, negativamente, os lucros empresariais e promovido o descontrole inflacionário.

Dentre os princípios do neoliberalismo, está a mínima intervenção do Estado no mercado, contrariando a teoria keynisiana de que tal intervenção deva acontecer sempre que necessário, evitando assim a retração econômica e garantindo a empregabilidade plena. Ainda segundo Chauí (2021), o pensamento keynesiano atribui ao Estado o papel de oferecer benefícios sociais aos trabalhadores e vida digna aos cidadãos.

No Brasil, o Estado é tradicionalmente visto como o detentor do poder de legitimar e atender às necessidades e demandas de seus cidadãos, por meio do planejamento e implementação de políticas públicas. Porém, conforme Cury (2017), o neoliberalismo é uma ideologia que vem interferindo na ação do Estado, orientando a implementação das políticas públicas e propondo parcerias público privadas, com o argumento de diminuir os custos estatais e melhorar os resultados. No entanto, trata-se na prática, de uma diminuição da responsabilidade do Estado e da mercantilização de direitos sociais.

Entre os direitos sociais que foram transformados em serviços pela política neoliberal, está a educação. De acordo com Freitas (2018), o neoliberalismo concebe a educação com base no livre mercado, que é capaz de regular as relações sociais e econômicas. Como resultado, o Estado abriu espaço para valores relacionados ao mercado, como meritocracia, padronização, concorrência e terceirização, que foram inseridos na educação por meio de "reformas". Como exemplo das principais consequências, pode-se citar a privatização do ensino e, consequentemente, o aumento das desigualdades sociais.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as influências do

ISSN:2359-1382 DOI https://doi.org/10.51359/2359-1382.2023.260127

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

neoliberalismo sobre o Estado e as políticas públicas educacionais, bem como as consequências para a educação. O neoliberalismo tem sido uma das principais correntes de pensamento econômico nas últimas décadas, influenciando as políticas públicas em diversos países, inclusive no Brasil, e gerando consequências negativas para o ensino, uma vez que, sob o propósito neoliberal de diminuição da atuação do Estado, a educação tornou-se um negócio.

Trata-se então de uma reflexão sobre o tema, com o objetivo de provocar questionamentos e contribuir criticamente sobre a real influência do neoliberalismo no contexto educacional, e consequentemente, repensar a qualidade da educação.

O neoliberalismo e seus princípios

Nos últimos anos, o neoliberalismo e suas consequências têm sido fonte de debates e contestações por parte de movimentos sociais e políticos. É crucial manter-se vigilante em relação às suas estratégias de poder, especialmente em um cenário pós-pandêmico, onde a situação econômica se deteriorou significativamente, afetando principalmente as pessoas e famílias de baixa renda. A necessidade de políticas inclusivas e equitativas é mais premente do que nunca neste contexto.

Este cenário suscita preocupações sobre o perigo do surgimento de correntes políticas que enxerguem o atual contexto de desesperança e insegurança como uma oportunidade para se fortalecerem e ascenderem ao poder. Como Ianni (1998) alertou, o nazifascismo tem se espalhado globalmente desde a Primeira Guerra Mundial, sendo uma ideologia política agressiva que defende os interesses daqueles que detêm o poder, imobilizando e dominando as classes sociais inferiores. É importante estar atento a essas ameaças e tomar medidas para proteger a democracia e os direitos humanos.

Embora o nazifascismo e o neoliberalismo sejam ideologias distintas, alguns autores indicam a existência de uma relação entre ambas, sugerindo que há uma proximidade entre seus métodos, os quais são alimentados pelo capitalismo. É importante ressaltar que essas são perspectivas teóricas e que a interpretação pode variar. Porém, dentre os autores que entendem essa aproximação está Octavio Ianni, segundo o qual:

ISSN:2359-1382 DOI https://doi.org/10.51359/2359-1382.2023.260127

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

> O capitalismo global não fermenta apenas o neoliberalismo, fermenta também o nazi-fascismo. O nazi-fascismo pode ser visto como um produto extremo e exacerbado das mesmas forças sociais predominantes na fábrica da sociedade mundial administrada em moldes neoliberais. Uma fábrica na qual se fabricam e refabricam desigualdades, tensões e contradições atravessando todo o edifício. (IANNI, 1998, p. 115)

Para entender o neoliberalismo, Chauí (2021) aponta sua origem em 1947, em uma reunião realizada na Suíça, por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, com o objetivo de se opor ao Estado de Bem-Estar Social, elaborando um projeto econômico e político que atacava esse tipo de Estado afirmando que o tal destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, impedindo a prosperidade.

Essa ideia é apoiada por Anderson (1995) que também acrescenta que a origem do neoliberalismo se deu após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, regiões onde o capitalismo imperava. O autor também reafirma que esse foi um ataque teórico e político contra a intervenção do Estado de bem-estar, bem como contra a limitação do mercado pelo Estado. Os defensores do neoliberalismo apresentavam o Estado como uma ameaça, política e econômica, à liberdade.

Originado como uma alternativa para solucionar os problemas econômicos ocorridos no início dos anos 1980, o neoliberalismo tornou-se hegemônico nos Estados Unidos e na Inglaterra. De acordo com Freitas (2018), suas doutrinas influenciaram seus principais representantes mundiais: Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra, e posteriormente se expandiram para outros países.

Assim, formado por ideias políticas e econômicas baseadas no capitalismo, o neoliberalismo defende a participação mínima do Estado na economia se aproveitando dos momentos de crise e insegurança para se estabelecer como estratégia de poder. Logo, essa doutrina encontrou no Brasil, marcado por diferenças sociais, desafios e contrastes, o cenário perfeito para implantar suas principais ideologias: competência e racionalidade do mercado.

Para Chauí (2013), o sistema neoliberal se tornou um discurso hegemônico no Brasil durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002),

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

estabelecendo a reforma e modernização do Estado, bem como adotando as políticas de privatização, reduzindo os investimentos públicos, flexibilizando as leis trabalhistas e criando agências reguladoras.

A teoria neoliberal defende a capacidade do mercado de regular a economia e promover o bem-estar social sem a necessidade de intervenção do Estado, cuja ação deve se limitar à segurança, justiça e proteção dos direitos individuais. O mercado, por meio da oferta e demanda, é responsável por determinar preços, salários, investimentos e distribuição de renda. Segundo o teórico David Harvey (2008), o neoliberalismo é um projeto político:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12)

No entanto, muitos autores, incluindo o próprio Harvey, criticam essa teoria, citando as consequências negativas do neoliberalismo para a democracia e para a redução das desigualdades sociais. Para aqueles que se opõem ao sistema neoliberal, cabe ao Estado regular o mercado, fornecer bens e direitos públicos e promover o desenvolvimento econômico e social. Harvey (2008) critica a visão neoliberal de que o papel do Estado deve ser limitado a garantir a proteção do dinheiro, sem se preocupar com a proteção dos direitos dos cidadãos.

Outro conceito que se entrelaça com o neoliberalismo é a globalização. No entanto, pode-se dizer que a relação entre globalização e neoliberalismo é ambígua e contraditória, pois ambos geram, durante seus processos, oportunidades e desafios para os países e as sociedades. Para o autor, a globalização se apresenta de forma antagônica:

> De um lado, a aproximação entre povos, o avanço tecnológico e o aumento da produtividade e, de outro, a exploração social aprofundada no interior das nações e dominação entre nações pelas barreiras à circulação do trabalho. [...] Concomitantemente, convive-se com a produção de riscos que ameaçam o planeta, como a poluição, os agrotóxicos, o aquecimento global, o comércio, até mesmo o legalizado, das armas próprias das práticas militares, o tráfico ilegal de armas e as

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

drogas." (CURY, 2017, p. 15)

A globalização foi facilitada pela doutrina econômica neoliberal, que defende a liberdade de mercado, a redução estatal na economia e a abertura ao capital estrangeiro como formas de promover o crescimento e o desenvolvimento. Com a queda das barreiras comerciais e tecnológicas, a globalização se expandiu rapidamente, permitindo a circulação de bens, serviços e informações em escala global. Isso trouxe novas oportunidades e desafios para as economias e sociedades mundiais. Nessa perspectiva, o neoliberalismo seria uma forma de adaptar as economias nacionais às exigências da globalização, buscando aumentar a competitividade, a eficiência e a inovação.

Assim, entendida como o processo de intensificação das relações econômicas, políticas, culturais e sociais entre diferentes países e regiões do mundo, a globalização se estabelece em um cenário de desigualdades como extensão do neoliberalismo, conforme apontado por Santos (2003). Octavio Ianni, outro autor que critica a relação entre a globalização e o neoliberalismo afirma que:

> A globalização de que se fala em todo mundo significa principalmente globalização do capitalismo, mas de um capitalismo no qual predomina o neoliberalismo, sempre combatendo duramente tudo o que é social tanto no socialismo como na social-democracia. (IANNI, 1998, p. 112)

Assim, o capitalismo vai se enraizando em toda a sociedade, tornando o capital em epicentro. É necessário, portanto, analisar criticamente os impactos da globalização e do neoliberalismo, bem como buscar alternativas que promovam uma globalização mais solidária, sustentável e democrática. Porém, Freitas (2018) aponta que embora a democracia seja desejável, ela não é uma condição necessária ao neoliberalismo. Enquanto a democracia busca a criação e a conservação dos direitos, o neoliberalismo visa transformá-los em serviços privados vendidos e comprados no mercado e, para isso, conta com um discurso hegemônico que se espalha e se consolida.

Harvey (2008) explica que para se tornar dominante, um pensamento precisa de um aparato conceitual que mobilize as sensações e instintos, valores e desejos, bem como as possiblidades sociais. Sendo bem-sucedido, tal aparato ou discurso hegemônico se

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

transforma em senso comum sendo aceito como algo certo e inquestionável, perpetuando assim a estratégia de poder. O neoliberalismo, enquanto ideologia, alcançou essa hegemonia.

> No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se auto-proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a socialdemocracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. (ANDERSON, 1995, p. 13)

Muitas vezes, um discurso hegemônico validado pelo senso comum camufla uma série de conflitos levando a sociedade a acreditar naquilo que o movimento neoliberal quer que ela acredite, inclusive que a diminuição do Estado é algo positivo. Chauí (2019) chama a atenção para a ideologia neoliberal, onde as organizações estatais passam a ser vistas como empresas e o Estado passa a ser influenciado pelo mercado.

Sobre o Estado

O Estado, por meio de suas leis e políticas, representa o poder nas formas sociais de interação entre a política e a sociedade. De acordo com Freitas (2018), a noção de Estado como instituição já existia tanto na Antiguidade quanto na Idade Média, embora com um significado diferente do atual. Filósofos políticos dos séculos XVI e XVII associaram a origem do Estado ao medo da competição predatória entre os seres humanos.

Conforme Araújo e Almeida (2010), o conceito de Estado perpassa por duas teorias. A primeira, liberal, traz a interpretação da burguesia sobre a história do capitalismo, considerando o Estado neutro e acima dos interesses das classes sociais, tendo como objetivo a realização do bem comum e o aperfeiçoamento do organismo social. A segunda, com enfoque marxista, baseia-se numa concepção de sociedade dividida em classes antagônicas que se divergem quanto aos interesses. Tal teoria inviabiliza a ideia de neutralidade do Estado. Nesse contexto, o Estado é uma instituição política que representa os interesses de uma classe social dominante, prevalecendo sobre o conjunto da sociedade.

ISSN:2359-1382 DOI https://doi.org/10.51359/2359-1382.2023.260127

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

As autoras supracitadas discutem a teoria política de Karl Marx, que questiona a visão burguesa do Estado. Segundo Marx, o Estado é uma estrutura de poder que concentra e impulsiona a força política da classe dominante, atuando como um instrumento da burguesia para gerenciar seus interesses. Ainda, citado pelas autoras, Marx argumenta que o Estado se tornou uma organização burocrática que exerce controle sobre as classes exploradas, perpetuando as relações econômicas e políticas de classe e moldando o que os liberais chamam de sociedade.

Porém, entre as décadas de 1950 e 1970, no mesmo período em que o mundo experimentava o avanço do Estado de bem-estar social, a abordagem liberal era difundida. Enquanto no Estado de bem-estar cabe ao Estado prover, para os seus cidadãos, os benefícios sociais voltados para a saúde, trabalho, lazer, educação, dentre outros, no sistema neoliberal o Estado reduz os direitos e os gastos sociais, além de desarticular os movimentos sociais. Mesmo assim, a partir dos anos 1970, o Estado de bem-estar foi cedendo espaço ao neoliberalismo.

> Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. (HARVEY, 2008, p. 12)

Conforme aponta Afonso (2003), as políticas neoliberais estabelecem os mecanismos de mercado dentro da estrutura do Estado, promovendo a competitividade entre os serviços oferecidos e transformando os usuários em clientes, por meio da privatização e da gestão baseada nos princípios da eficácia e da eficiência. A detenção da informação e do capital, tem se tornado estratégia de poder e domínio sobre a vida social e pessoal dos cidadãos, ditando ao Estado como agir e impondo políticas neoliberais.

De acordo com Santos (2003), as tiranias da informação e do dinheiro são os pilares que permitem que um pequeno grupo de pessoas se beneficie do progresso técnico global. Isso aumenta a competitividade, cria novos totalitarismos e acelera o empobrecimento das massas. Enquanto isso, o Estado vai perdendo sua capacidade de regular a vida em sociedade e de garantir direitos.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Porém, conforme Chauí (2021), o direito não é particular e específico, mas geral e universal, devendo atender a todos que dele necessitem. Portanto, para reduzir as desigualdades sociais, a intervenção do Estado é fundamental para atender às necessidades dos menos favorecidos por meio de ações que beneficiem a população. Porém, para Santos (2003, p. 33): "Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante."

O sistema econômico brasileiro é caracterizado pela desigualdade, com muita renda concentrada nas mãos de poucos e pouca renda dividida entre muitos. Essa desigualdade na distribuição de renda afeta a garantia dos direitos. Embora o Estado tenha o papel e a função de prover esses direitos, nada acontece sem a pressão da sociedade. De acordo com Harvey (2008), o Estado legisla e regulamenta privilegiando os interesses das corporações e de grupos específicos, recorrendo inclusive a práticas coercitivas.

Embora a "nova direita" defenda a redução do papel e do controle do Estado, é sua responsabilidade dialogar com a sociedade para compreender suas demandas e identificar seus problemas. Isso é necessário para implementar e manter políticas públicas que atendam às necessidades da população e promovam o acesso aos direitos sociais, garantindo igualdade de oportunidades.

O papel das políticas públicas

A política pode ser compreendida como a arte ou ciência de governar. Ela envolve o exercício do poder, tomada de decisões, elaboração de leis e políticas públicas, representação dos interesses de diferentes grupos sociais e busca pelo bem comum. Araújo e Almeida (2010) trazem a definição de política como o estudo voltado às atividades humanas articuladas com as ações do Estado. Dessa forma, o termo se refere especialmente ao conjunto de atividades atribuídas ou emanadas do Estado, cujo poder político possibilita a administração dos negócios comuns de todas as classes.

Já Vieira (2007) argumenta de forma contrária, sustentando que a política não deve ser uma prerrogativa exclusiva do Estado, isolada da população. A autora defende que

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

não deve existir uma grande separação entre os formuladores e os executores das políticas públicas. Embora seja comum considerar o governo como a única entidade responsável pela formulação de políticas, Vieira (2007) ressalta que é na interação entre a sociedade política e civil que se definem as práticas, as ações governamentais e, consequentemente, se desenrola o jogo das políticas sociais. Portanto, é essencial compreender as políticas sociais em sua complexidade e constante evolução.

> Enquanto processo(s) social(is), construído(s) historicamente, a(s) política(s) configura(m)-se como um complexo contraditório de condições históricas que implicam um movimento de ida e volta entre as forças sociais em disputa. (VIEIRA, 2007, p. 57)

Embora em 2023, o Brasil venha apresentando sinais de recuperação, ainda prevalecem as desigualdades quanto à distribuição de renda e o acesso à direitos, dentre eles a educação. Reduzir essa desigualdade social é papel do Estado, por meio da implementação de políticas públicas que promovam a inclusão, a proteção social, a educação de qualidade, a saúde universal e a participação cidadã.

Porém, o Estado não consegue estabelecer políticas efetivas de combate à pobreza e erradicação das diferenças sociais, visto que, conforme Santos (2003) as políticas públicas somente se concretizam quando consideram tudo e todos. Assim, não há como ser um Estado eficiente sem possuir uma visão da totalidade, incluindo cidadãos ricos e pobres.

Além disso, conforme Santos (2003), no Brasil a figura do cidadão não é contemplada, uma vez que aqueles que pertencem às classes consideradas superiores, na qual a classe média se inclui, não querem ser considerados como simples cidadãos. Por outro lado, aqueles classificados como pobres, não podem desempenhar o papel de cidadãos. Assim, os partidos políticos se estabelecem e funcionam, a política se organiza e a sociedade caminha.

De acordo com Höfling (2001), políticas públicas são ações coletivas do Estado que visam implementar um projeto de governo mediante programas, políticas e ações específicas para atender às necessidades de determinados setores da sociedade. Para que essas políticas sejam eficazes, é fundamental que haja continuidade e participação ativa

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

da sociedade na sua construção, implementação e avaliação. No entanto, a participação da sociedade pode ser limitada pelas estruturas sociais, restringindo-se apenas a legitimar as ações do Estado.

O Estado executa seu planejamento através de políticas públicas, visando garantir serviços essenciais e promover o bem-estar social em áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura. O objetivo é que todos os cidadãos tenham acesso a serviços básicos e uma vida digna. As políticas educacionais são especialmente importantes, pois, segundo Araújo e Almeida (2010), têm o potencial de combater injustiças e exclusões sociais na sociedade brasileira.

O ataque à educação

A escola tem um papel importante na formação e desenvolvimento do educando, tanto no aspecto formal quanto no crítico. Por meio da disseminação de conhecimentos e informações legítimas, a educação contribui para a formação e conscientização social e política do indivíduo. O estudante, por sua vez, compartilha o que aprendeu com sua família e comunidade, transformando os espaços que ocupa.

Dale (2004) pontua que a educação, enquanto mecanismo, desempenha um papel fundamental na construção do indivíduo como cidadão e na determinação de seu lugar legítimo na estrutura social. Além disso, a escolarização pode ser vista como uma organização que promove tanto a socialização quanto a estratificação.

No entanto, o Brasil enfrenta conflitos sociais, incluindo desigualdades no acesso à educação pública de qualidade. Apesar da implementação de políticas públicas de ações afirmativas, o acesso ao ensino superior ainda é um desafio devido a barreiras socioeconômicas, geográficas e culturais. No entanto, não se pode desvincular educação e política. A educação e as políticas educacionais, segundo Afonso (2003), devem ser vistas como partes dos processos de globalização contra hegemônica.

É, portanto, nesse espaço de desigualdades sociais que o neoliberalismo, como estratégia, utiliza a educação transformando-a em serviço e mercadoria e a escola como espaço para disseminar sua ideologia. Afinal, conforme apontado por Chauí (2019), a

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

privatização neoliberal transforma direitos em serviços vendidos no mercado e, segundo Ianni (1998), o neoliberalismo se posiciona contra tudo que é social, priorizando o que é econômico.

> Se, ao contrário, consideramos a educação como um direito da cidadania, não podemos pensá-la simplesmente como transmissão de informações ou como habilitação veloz de jovens que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; nem podemos tomá-la como adestramento para obtenção de competências impostas pelos interesses de mercado, isto é, do conhecimento como força produtiva do capital. (Chauí, 2021, p. 25)

Portanto, a educação foi profundamente impactada pelo neoliberalismo, que identificou neste direito constitucional um mercado em potencial. Este movimento alterou o objetivo da escola de formar cidadãos para criar consumidores, enxergando a educação como uma chance de converter o indivíduo em capital humano, isto é, um recurso produtivo para a economia. E é essa conversão que precisa ser combatida e o direito à educação resguardado.

> Se a educação é um direito, precisamos tomá-la no sentido profundo que possuía em sua origem, isto é, como formação para e da cidadania, portanto como direito universal de acesso ao saber e à criação de conhecimento. É exercício da liberdade e não instrumento de terror. (Chauí, 2021, p. 25)

Para Freitas (2018), a educação deixou de ser um direito e passou a ser tratada como um serviço, sendo cooptada pelo setor empresarial para atingir seus objetivos e ideologia. Nessa visão, a educação é vista como um investimento que deve gerar retorno financeiro, em vez de ser considerada um direito fundamental e um meio de desenvolvimento pessoal e social. Isso pode levar a uma ênfase excessiva em habilidades técnicas e profissionais, em detrimento de uma formação mais ampla e crítica.

Freitas (2018) também aborda como a ideologia neoliberal foi inserida na educação brasileira ao longo de várias gestões do Estado. O discurso popular é de que se trata de uma forma de melhorar a qualidade do ensino, mas na verdade é uma mercantilização de um direito, uma vez que o neoliberalismo concebe a educação a partir da lógica do livre mercado, incorporando valores do mundo empresarial como meritocracia, concorrência,

ISSN:2359-1382 DOI https://doi.org/10.51359/2359-1382.2023.260127

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

terceirização e padronização, todos viabilizados por meio de reformas.

A ideologia neoliberal tem influenciado a educação de diversas maneiras, promovendo a redução da atuação do Estado. Técnicas de gerenciamento são introduzidas nas escolas e o conteúdo político e de cidadania é substituído pelos "direitos do consumidor". Isso ocorre porque, na visão do neoliberalismo, os estudantes e seus pais são vistos como clientes e consumidores, em vez de cidadãos ativos. Neste contexto, Freitas (2018) afirma que a educação está sendo utilizada pelo mercado empresarial como estratégia para alcançar seus objetivos e disseminar sua ideologia. A educação, oferecida como um serviço que se compra, deixa de ser um direito e uma responsabilidade do Estado, passando a ser privatizada.

Freitas (2018) argumenta que o neoliberalismo influencia a educação com a ideia de que os jovens terão acesso a mais oportunidades competitivas, aumentando suas chances de sucesso na vida. Para a "nova direita" brasileira, essa é a finalidade da escola, ignorando a realidade social e econômica dos cidadãos. Na "nova direita" a educação e a economia sempre estiveram próximas. Além disso, Araújo e Almeida (2010) afirmam que o Estado interfere na realidade das instituições educacionais e orienta as ações dos sujeitos que as constroem.

No Brasil, a educação é muito disputada pela "nova direita" que se baseia nas políticas neoliberais americana e tem os Estados Unidos da América (EUA) como referência educacional. Freitas (2018) alerta para a gravidade do entendimento antiético da "nova direita" de que os fins justificam os meios, uma vez que, dentro desse conceito, surgiram movimentos como o "Escola sem Partido" e a "Reforma da Educação", que limitam a liberdade dos professores. É importante também prestar atenção à reforma da educação elaborada e financiada pelos empresários, que, segundo o mesmo autor, se aproxima do fascismo e do darwinismo social.

A privatização da educação no Brasil se deu de forma gradual e complexa, envolvendo diversos fatores políticos, econômicos e sociais. Um dos principais marcos desse processo foi a reforma educacional implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) sob o seguinte argumento:

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

> O país terá de avançar – e muito – na reforma da educação e nos estímulos à ciência e tecnologia para que tenha condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento, que gere empregos de qualidade superior, impulsione inadiáveis transformações sociais e alcance presença significativa na economia mundial. Para chegar a isso, será fundamental estabelecer uma verdadeira parceria entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. (CARDOSO, 2008, p. 4).

Ainda nos anos 1990, foram introduzidos mecanismos de mercado na gestão das escolas públicas, como a descentralização, a autonomia financeira e a avaliação externa. Essa reforma também incentivou a expansão do ensino privado, especialmente no nível superior, por meio de políticas de financiamento estudantil, como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

> Considerando que a qualificação da mão-de-obra é um dos elementos-chave no novo modelo, o Governo Fernando Henrique vai executar um amplo programa de educação, treinamento e capacitação. Adicionalmente, será promovida a elevação dos investimentos em ciência e tecnologia, tanto pelo governo como pelo setor privado. (CARDOSO, 2008, p. 33).

Outro fator que contribuiu para a privatização da educação no Brasil foi a redução dos investimentos públicos nessa área, afetando a qualidade e a quantidade de vagas ofertadas pelo Estado. Essa diminuição dos recursos públicos abriu espaço para a entrada de grupos empresariais na educação, que passaram a controlar grande parte das instituições privadas de ensino, especialmente as de ensino superior.

> Nestas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um "serviço" que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. (Freitas, 2018)

O problema também está na realidade apontada por Chauí (2021), na qual a educação não é percebida como um direito pela maioria da população, nem vista como essencial para a formação do cidadão crítico, embora seja uma das principais aspirações das pessoas. Além disso, poucos brasileiros atribuem ao Estado o dever de garantir esse direito, que se torna objeto de desejo por vislumbrar a possibilidade de conseguir um

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

emprego melhor, ideia reforçada no governo FHC:

> A educação é, hoje, requisito tanto para o pleno exercício da cidadania como para o desempenho de atividades cotidianas, para a inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico, e elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada. (CARDOSO, 2008, p. 47).

A educação é vista no contexto neoliberal apenas como uma ferramenta para o mercado de trabalho, com a escola pública sendo desvalorizada. A ideologia neoliberal considera cada indivíduo como um empreendedor de si mesmo, levando à percepção de que ele negocia em pé de igualdade com os empresários. Nessa visão, o salário é concebido como renda e a educação como um investimento e fator de competitividade.

Contudo, a educação tem sido de extrema importância para mudar os rumos da sociedade, pois é por meio dela que se formam cidadãos conscientes, com valores morais e sociais capazes de transformar o meio social onde estão inseridos. E, conforme Dale (2004), mesmo que as escolas não sejam eficientes, a educação é um fator de transformação dos indivíduos em cidadãos.

Conforme, apontado por Cury (2017), a educação é um direito de todos e dever do Estado, sendo descrita no art. 205 da Constituição como o caminho para o desenvolvimento pleno do cidadão, tendo como objetivo prepará-lo para exercer a cidadania, embora também tenha assumido o papel de qualificá-lo para o trabalho. Para o autor, num cenário de democracia, embora se percam alguns espaços em determinado campo, ganham-se outros espaços em outro campo e, embora educação venha navegando por rotas difíceis, ela continua sendo um direito.

Para combater a influência do neoliberalismo, todo projeto educacional precisa buscar a justiça social, mediante o acesso pleno à educação pública, inclusive ao Ensino Superior. Também é primordial a garantia da autonomia da escola e dos educadores quanto ao caminho pedagógico adotado, além de um ambiente educacional democrático que possibilite o diálogo, a discussão e a formação de opiniões.

Por fim, é preciso estabelecer um compromisso com os interesses e anseios sociais, oferecendo uma educação pública de qualidade, pautada na igualdade e no respeito mútuo entre discentes e docentes e, destes com a sociedade. Uma educação que seja pautada no

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

exercício do pensamento crítico e reflexivo, bem como na construção de conhecimentos e propagação da ciência. Portanto, uma educação onde seja garantido e construído o direito à cidadania.

Considerações finais

O neoliberalismo é uma corrente de pensamento que defende a liberdade do mercado e a redução do papel do Estado na economia e na sociedade, cujas reformas tiveram impactos significativos na educação brasileira, que passou a ser vista como um serviço que deve atender às demandas do mercado e não como um direito social e um instrumento de cidadania.

O Estado, por sua vez, vem se eximindo da responsabilidade de garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, transferindo essa função para o setor privado ou para organizações não-governamentais. Assim, a educação tem se transformado em um produto a ser consumido e, portanto, paga por seus consumidores, em vez de um direito fundamental e um meio de desenvolvimento pessoal e social.

Dentre as consequências dessa mercantilização da educação, tem-se o aumento das desigualdades educacionais, a precarização das condições de trabalho dos professores, a perda da autonomia pedagógica das escolas, a mercantilização do conhecimento e a despolitização da educação. Assim, a educação deixa de ser um espaço de formação crítica e emancipatória dos sujeitos e passa a ser um instrumento de formação de profissionais que atendam às exigências do mercado.

Diante do exposto, é perceptível que ainda há muito a ser feito para diminuir as diferenças sociais e combater o neoliberalismo, impedindo seu domínio total sobre a economia, a política e a sociedade. Para isso, é importante o fortalecimento dos valores e movimentos sociais, os quais detém um importante papel na defesa dos interesses e das reivindicações dos diversos segmentos da população. No entanto, tais movimentos enfrentam dificuldades e resistências por parte do Estado e de setores conservadores da sociedade. A criminalização, a repressão e a violência contra os ativistas são formas de tentar silenciar as vozes dissidentes e manter a ordem estabelecida.

ISSN:2359-1382 DOI https://doi.org/10.51359/2359-1382.2023.260127

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Porém, atualmente no Brasil, mesmo num cenário preocupante diante do avanço neoliberal, a situação sinaliza para uma melhora. Embora ainda haja uma classe dominante, que vê no capitalismo o sistema ideal e detém várias estratégias de poder para dominar o mercado, há uma esperança e um vislumbre de fortalecimento dos movimentos sociais e uma valorização e investimento na educação.

Por fim, embora estejamos vivenciando uma junção do neoliberalismo com o conservadorismo, é fundamental fortalecer a democracia e ampliar os espaços de diálogo e de participação popular. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, que respeite a diversidade e promova a cidadania. Para isso, é primordial que as chamadas minorias recuperem a esperança e despertem para lutar por seus direitos e manifestar seus anseios utilizando-se dos movimentos sociais e ocupando espaços políticos e sociais, por meio da representatividade.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 22, p. 35-46, Jan/Fev/Mar/Abr 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). **Pós Neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, Denise Silva; ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. de. Políticas Educacionais: refletindo sobre seus significados. **Revista Educativa:** Revista de Educação, Goiânia, v. 13, ed. 1, p. 97-112, jan/jun 2010. DOI https://doi.org/10.18224/educ.v13i1.1247. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1247. Acesso em: 16 jun. 2023.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil:** proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p.

CHAUÍ, M. Direitos Humanos e Educação. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 10, n. 2, p. 13–26, 2021. Disponível em: https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/166. Acesso em: 4 out. 2023.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Neoliberalismo:** a nova forma do totalitarismo. [S.l: s.n.], 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org).**10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. Págs. 123-134.

CURY, Carlos Roberto Jamil. (2017). A globalização e os desafios para os sistemas nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, 33(1), 15–34.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, ed. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.cedes.unicamp.br/. Acesso em: 1 abr. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, ed. 55, p. 30-41. nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/?lang=pt

IANNI, Octavio. **Neoliberalismo e nazi-fascismo**. Crítica Marxista, Campinas, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE** – Revista de Educação, Natal, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

Data de envio:24/10/2023
Data de aceite:14/03/2024

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/